



NOTA DE PESQUISA

04

Dezembro / 2015

Publicação eletrônica do Projeto NOVAS DETERMINAÇÕES PRODUTIVAS, REGIONAIS E URBANAS NA ÁREA DO CERRADO BRASILEIRO: UMA AVALIAÇÃO SOBRE OS EFEITOS DAS OBRAS DE INFRAESTRUTURA RODOFERROVIÁRIAS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL. CAPES, convênio Pró-Integração 3169/2013

**ACESSO À TERRA, CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E PRODUTORA NOS
MUNICÍPIOS DO AGRONEGÓCIO ÀS MARGENS DA BR-163 NO MATO
GROSSO**

Autor: Pedro Ramos (CEDE/IE/UNICAMP)

1. Introdução

Como se sabe, a economia brasileira tem sido marcada pela importância da produção e exportação de bens agropecuários, principalmente pouco ou mesmo nada processados. Isto passou a ocorrer mais intensamente depois do início do Século XXI e implicou a incorporação de grandes áreas de estados localizados na região Centro/Oeste e de espaços específicos de estados do Nordeste e do Norte, como é o caso da área denominada de “Matopiba”, formada por espaços confluentes do Maranhão, Tocantins, Piauí e da Bahia. Este processo tem provocado profundas mudanças em tais áreas e espaços porque alguns deles eram dedicados a atividades agropecuárias de subsistência por parte das populações locais, eram parcialmente ocupados como pecuária extensiva ou neles era praticada uma agricultura de pequena ou média escala voltadas à produção de bens destinados ao mercado interno (arroz, mandioca, milho etc).

Do ponto de vista da posse da terra, a titulação era geralmente precária e havia enormes extensões de terras que eram de domínio público, ou seja, eram terras devolutas que foram e ainda estão sendo apropriadas de forma ilegal. Aquelas que eram devidamente registradas foram adquiridas, em grande medida, por baixos preços por proprietários

fundiários de outras regiões do país (principalmente de estados do Sul) geralmente antes da década de 1980 e, mais recentemente, por detentores de capitais nacionais no mais das vezes vinculados aos complexos agroindustriais, assim como por agentes e empresas estrangeiras provenientes de diferentes setores e figuras jurídicas ou formas constitutivas, provenientes do agronegócio internacional, de outros setores, de fundos de investimento etc. Alguns de tais agentes têm atuação eminentemente especulativa ou buscam tão somente o denominado “ganho do fundador”.

Este texto pretende apenas captar o que ocorreu com a estrutura fundiária e agrária em quatro municípios do Estado de Mato Grosso (Sinop, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Nova Mutum), os quais têm em comum o fato de estarem localizados às margens da BR-163 e que passaram pelo processo acima sumarizado, notadamente após meados da década de 1990. Como se procurará evidenciar, suas terras agrícolas vem sendo marcadas pela produção em grande escala e quase exclusiva de dois bens (soja e milho) que são destinados majoritariamente à exportação *in natura* e que geram poucos empregos e atividades correlacionadas. Dada a pequena extensão reservada a este trabalho, sua confecção privilegiará a apresentação de dados censitários e

se referenciará, de maneira indicativa, em trabalhos disponíveis que analisam muitos outros aspectos, os quais aqui não são tratados ou tão somente mencionados.

2. Concentração fundiária e produtora em municípios às margens da BR-163

O município mais antigo é Sinop. Sua constituição decorreu da aquisição de uma gleba de terra, em 1971, de 645 mil hectares por parte de uma empresa de negócios imobiliários do município de Maringá/PR, o que coincidiu com o início da construção da BR-163 pelo governo militar. Em 1979 ocorreu sua emancipação e, posteriormente, perdeu áreas quando da criação de outros municípios vizinhos (MACEDO & RAMOS, 2015). O município de Nova Mutum originou-se de uma área de 169 mil há adquirida em 1966 por um grupo de empresários paulistas. Foi desmembrada uma extensão de 100 mil ha para uma colonização cujo objetivo foi possibilitar a valorização das terras do projeto original de pecuária extensiva, denominado Mutum Agropecuária S/A (ver VOLOCHKO, 2015). Foi emancipado em 1988. Sorriso foi emancipado em 1986 e sua origem decorreu da aquisição, por agricultores do Sul, de uma área de oito mil alqueires na qual

residiam ribeirinhos “que sobreviviam de pesca, caça e culturas de subsistência, mas que foram expulsos”, o que surpreendeu o adquirente: “Vieram ali com a justiça e tiraram todo mundo para fora. Até fiquei arrepiado. Tinha tanta criança”. A área foi adquirida “de uma firma do Rio de Janeiro, do Euclides Aranha, que era ministro de Guerra do Governo Castelo Branco” (DIAS & BORTONCELLO, 2003, p. 197). Lucas do Rio Verde originou-se de um projeto de assentamento do INCRA de 1981 que buscou assentar 213 famílias oriundas de Ronda Alta/RS, às quais se juntaram 85 posseiros que já habitavam o local e 50 colonos do interior São Paulo. Sua emancipação deu-se em 1988. Esperava-se que sua formação se desse com base em povoamento via projetos de assentamento (LACERDA et. al., 2015), mas desde o início muitos assentados passaram a vender seus lotes face às dificuldades que enfrentaram e, em meados de 1984, restavam apenas 18 famílias no projeto (CPT-MT, 1984). O geógrafo e professor da USP, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, mostrou que parte dos estabelecimentos agropecuários destes municípios foram formados com base em grilagem de terras devolutas e envolveram corrupção e violência (OLIVEIRA, 1997).

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS DOS QUATRO MUNICÍPIOS

SINOP	1980	1985		SINOP	1995/96	2006
	2.306	1.705	-Número de estabelecimentos		666	1.322
	814.124	1.236.055	-Área total (hectares) (A)		167.837	268.494
	353,15	725,0	-Área média		252,0	203,1
	-x-	-x-	-Área territorial em há (B)		-x-	319.434,12
	-x-	-x-	(A)/(B) em %		-x-	84,1%
SORRISO	1995/96	2006		NOVA MUTUM	1995/96	2006
	475	994	-Número de estabelecimentos		252	770
	572.037	776.395	-Área total em há (A)		715.628	609.573
	1.204,3	781,1	-Área média em há		2.839,8	791,7
	-x-	934.575,63	-Ár. Territorial em há (B)		-X-	953.788,85
	-x-	83,1%	-(A)/(B) em %		-X-	63,9%
LUCAS DO RIO VERDE	1995/96	2006		ESTADO DO MATO GROSSO	1995/96	2006
	468	322	-Número de estabelecimentos		78.762	112.987
	306.663	257.413	-Área total em há (A)		49.839.631	48.688.711
	655,3	799,4	-Área média em há		632,8	430,9
	-X-	365.985,82	-Ár.territorial em ha(B)		-x-	-x-
	-X-	70,3%	-(A)/(B) em %		-x-	-x-

Fonte: Censos Agropecuários.

A Tabela 1 mostra como evoluíram as áreas totais e médias, bem como os números de estabelecimentos agropecuários dos quatro municípios. Infelizmente, apenas no caso de Sinop é possível a devida comparação da situação de 2006 com um momento anterior, 1985. Isto porque o censo agropecuário de 1995/96 não teve a mesma abrangência dos outros dois porque não coletou os dados referentes aos estabelecimentos que, no momento da pesquisa, foram considerados “precários”, ou seja, estavam fechados. Isto se associou com a crise que viveu a agropecuária brasileira em boa parte da década de 1990, afetada, entre outros problemas, pelas dificuldades relacionadas às dívidas de seus proprietários, o que envolveu renegociação e perdão parcial das mesmas. Contudo, é possível perceber que os

estabelecimentos de Sinop tinham a menor área média em 2006 e que ela, que havia crescido entre 1980 e 1985, caiu de maneira significativa posteriormente. Em Lucas do Rio Verde, os 322 estabelecimentos de 2006 possuíam uma área total pouco menor que a de Sinop, mas tinham a maior área média, seguida de perto pela de Nova Mutum e pela de Sorriso e elas eram significativamente maiores que a do Estado de Mato Grosso.

A Tabela 2 traz os dados referentes às utilizações das terras dos estabelecimentos. Embora se deva ter em conta o problema acima mencionado quanto à não abrangência do censo de 1995/96, o fato é que ocorreram enormes crescimentos das áreas de lavouras temporárias em três municípios: ela cresceu quase nove vezes no caso de Sinop, mais do que dobrou no caso de Nova Mutum,

cresceu 130% no caso de Sorriso e 31% no caso de Lucas do Rio Verde. Isto foi possível devido à retração das áreas de matas e florestas naturais

como de pastagens plantadas. As áreas de lavouras permanentes, de maneira geral, sempre foram pouco extensas.

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÕES DAS UTILIZAÇÕES DAS ÁREAS TOTAIS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DOS MUNICÍPIOS - 1980, 1985, 1995/6 E EM 2006 (EM HECTARES E EM %)

Variável	SINOP				Nova Mutum		Sorriso		Lucas do R. Verde	
	1980	1985	1995/96	2006	1995/96	2006	1995/96	2006	1995/96	2006
Lavs. Permanentes	11.798	10.882	505	2.175	2.438	8.206	37	7.218	620	2.273
Lavouras temporárias	20.224 (2,5%)	37.675 (3,0%)	13.228 (7,9%)	118.850 (44,3%)	111.823 (16%)	253.864 (42%)	211.842 (37%)	493.263 (64%)	129.001 (42%)	169.122 (66%)
Temps. em descanso	3.562	3.820	1.147	-x-	14.095	Não apar.	18.969	Não apar.	17.693	Não apar.
Pastagens naturais	1.259	1.373	1.758	3.785	3.745	22.356	11.346	3.904	12.615	126
Pastagens plantadas	111.732	182.789	60.075	3.296+ 31.137(1)	184.502 (26%)	5.859+ 101.978	85.510 (15%)	2.217+ 40.964	40.188 (13%)	6.639+16. 713 (9%)
Matas e florestas naturais	654.528	960.048	87.841	86.962+ 14.528(2)	347.647 (49%)	178.158 +30.796	202.668 (35%)	184.990 + 32.651	103.666 (34%)	58.862+ 176 (23%)
Ms.e florts. Plantadas	-x-	79	376	361 (3)	-	1.225	-	930	1	648
Ts.prodts. não utilizs.	5.917	10.963	1.624	Não ap.	16.539	Não apar.	33.836	Não apar.	1.617	Não apar.
Ts. inaproveitáveis	5.104	28.426	1.283	332	34.839	1.592	7.829	716	1.262	181
Construções, benfeitorias e caminhos	n. d.	n. d.	n. d.	6.623	Não apar.	4.572	Não apar.	2.706	Não apar.	1.293
Outras(tanques, sist. agrofls., árs. c/forgs.)	-	-	-	432	-	670	-	6.837(*)	-	1.382(*)
Área total estabelcs.	814.124	1236.055	167.837	268.481	715.628	609.276	572.037	776.396	306.663	257.415

Fonte: FIBGE, censos agropecuários.

(1): O primeiro número de pastagens plantadas refere-se às áreas de “pastagens plantadas degradadas” e o segundo às de “pastagens plantadas em boas condições”; (2) O primeiro número refere-se às áreas de “matas e/ou florestas naturais destinadas a preservação permanente ou reserva legal” e o segundo às de “matas e/ou florestas naturais”; (3) Refere-se à área com “florestas plantadas com essências florestais”; (*) No caso de Sorriso, inclui 1.772 há de terras degradadas e 3.861 há de sistemas agroflorestais; no caso de Lucas do Rio Verde tais sistemas ocupavam 1.184 hectares.

A Tabela 3 permite captar a concentração na produção de dois bens: milho e soja. É bom deixar desde logo claro que em todos os quatro municípios tem sido possível a realização de duas safras anuais de lavouras temporárias, o que se constitui em um diferencial em relação à muitas outras regiões produtoras do país. Novamente o destaque é para o caso de Sinop, cuja produção de arroz cedeu enorme espaço para as duas lavouras acima: conforme especificado em nota sob a tabela, a área colhida

de arroz, que havia sido de 14.706 hectares em 1985, caiu para 9.031 em 2006. Apenas no caso de Sorriso tal lavoura tem outro destaque (três mil hectares em 2006) e sua área plantada atingiu o maior número (85 mil há) em 1998/99 e a de milho safrinha chegou a ser de 100 mil ha na mesma safra (DIAS & BORTONCELLO, 2003, p. 242 e 248). O predomínio da lavoura de soja foi notório em 2006 nos três primeiros municípios.

TABELA 3 – CULTIVOS DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS NOS QUATRO MUNICÍPIOS EM 2006 (QUANTIDADES PRODUZIDAS EM TONELADAS, ÁREAS COLHIDAS EM HECTARES)

Ano	Sinop			Nova Mutum			Sorriso			Lucas do Rio Verde		
	N.E	Qt.prod	Ar.colh.	N.E	Qt.prod	Ar.colh.	N.E	Qt.prod	Ar.colh.	N.E	Qt.prod	Ár.colh.
Arroz	73	25.995	9.031	9	886	372	28	7.659	3.029	(2)	X	X
Milho	201	120.649	36.079	140	283.744	71.935	294	597.136	140.280	170	507.274	119.975
Soja	163	249.853	88.193	247	704.738	241.757	398	1.401.719	482.965	178	529.853	179.598

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

Notas: 1)(x)O dado sobre o arroz em é omitido quanto à quantidade e área para não permitir a identificação dos dois estabelecimentos; 2) A área colhida de soja em Sinop cresceu dos 12 há em 1980 para 2.392 em 1985; a de milho de 97 há para 1.848 e a de arroz de 5.879 para 14.706. O censo publicado de 1995/6 não traz tais dados por município.

TABELA 4 COMPARAÇÃO ENTRE A ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS E A ÁREA MÉDIA COLHIDA DAS TRÊS LAVOURAS EM 2006 E OS RESPECTIVOS NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS

Lavo- uras	Sinop			Nova Mutum			Sorriso			Lucas do Rio Verde		
	A.M.E. e N. E.	Colheita		A.M.E e N. E.	Colheita		A.M.E e N.E.	Colheita		A.M.E. e N. E.	Colheita	
		N. E.	Ár. M.		N.E	Ár.M.		N.E	Ár. M.		N. E.	Ár. M.
Arroz	203,1	73	123,7	791,7	9	41,3	781,1	28	108,2	799,4	(2)	X
Milho	1.322	201	179,5	770	140	513,8	994	294	477,1	322	170	705,7
Soja		163	541,1		247	978,8		398	1.213,5		178	1.009,0

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 2006.

A comparação dos dados da Tabela 4 mostra claramente que é no caso da cultura da soja que predominam os maiores estabelecimentos, já que as áreas médias colhidas desta oleaginosa são as maiores nos quatro municípios. É apenas em Sinop que o número de estabelecimentos em que

ocorreu colheita de milho supera o de soja. Em Sorriso e em Lucas do Rio Verde a área média colhida de soja ultrapassou, em 2006, a dimensão de mil hectares e em todos os quatro as áreas colhidas de soja situaram-se acima das áreas médias dos estabelecimentos.

TABELA 5 – NÚMEROS DE TRATORES, DE MAQUINAS PARA COLHEITA E DE MAQUINAS PARA PLANTIO NOS QUATRO MUNICÍPIOS EM 1980, 1985, 1995/6 e 2006

Variável	Sinop				Nova Mutum		Sorriso		Lucas do R. Verde	
	1980	1985	1995/6	2006	1995/6	2006	1995/6	2006	1995/6	2006
Número de tratores	152	662	414	668	817	1.034	1.266	1.971	864	733
N. máqs. p/colheita(*)	27	86	66	214	314	440	632	898	386	327
N.máqs. p/plantio(*)	55	245	136	300	399	446	659	916	472	311

Fonte: FIBGE, Censos agropecuários. (*) Respectivamente, “Colheitadeiras” e “Semeadeiras e/ou plantadeiras”.

A apresentação de outros dados permite avançar a análise e captar alguns aspectos relacionados aos processos produtivos de tais lavouras,

especialmente aqueles que envolvem a utilização de equipamentos e de pessoal. Os dados da Tabela 5 mostram que em Sorriso e em Sinop

CEDE - Nota de Pesquisa 04

ocorreram os maiores crescimentos do número de tratores e que, curiosamente, em Lucas do Rio Verde decresceu os números das três máquinas, o que exigiria uma investigação local. Mas pode-se afirmar que, com exceção do caso de Sinop, nos demais há significativo uso

tanto de máquinas para plantio como, principalmente, de colhedoras automotrizes. Como se sabe, as lavouras de soja e de milho (assim como a de arroz) têm, em todas as etapas (plantio, tratos culturais e colheita) de seus ciclos de produção, um alto índice de mecanização.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DOS QUATRO MUNICÍPIOS EM 1995/6 E EM 2006

Variável	Sinop				Nova Mutum		Sorriso		Lucas R. Verde	
	1980	1985	1995/6	2006	1995/6	2006	1995/6	2006	1995/6	2006
RMNRF (*)	5.721	4.891	1.958	2.720	480	1.434	1.227	2.737	929	954
Empregados Permanentes	542	1.256	673	473	693	1.554	1.124	1.942	518	780
Empregados Temporários	271	1.390	126	126	354	175	469	1.057	191	313
Parceiros	1	7	7	7	102	3	1	1	24	-
Outra condição	1	47	33	0	5	-	93	-	-	-
P. Oc. residente estbs.	4.622	5.090	2.302	2.530	1.198	2.813	1.760	3.587	1.161	1.570
Ests. sem pessoal contratado	2.111	1.352	375	N. ap.	65	N. ap.	114	N. ap.	222	N. ap.
Pessoal ocupado total	6.536	7.591	2.797	3.326	1.634	3.166	2.914	5.737	1.662	2.047
Hectares p/pessoal ocupado	125	163	60	81	438	193	196	135	185	126

Fonte: FIBGE, Censos agropecuários.

(*) “Responsáveis e membros não remunerados da família”. Em 2006, refere-se à “pessoal com laço de parentesco com o produtor”. O pessoal residente nos estabelecimentos é a soma dos “com laço” e dos “sem laço” de parentesco com o produtor.

TABELA 7 – NÚMEROS DE ESTABELECIMENTOS DISTRIBUIDOS SEGUNDO AS FORMAS DE OBTENÇÃO DAS TERRAS DO PRODUTOR-PROPRIETÁRIO

Forma	SINOP	N. MUTUM	SORRISO	L. R. VERDE
	Compra de particular	993 (81,3%)	311 (44,5%)	512 (54,8%)
Compra via crédito fundiário	-	1	1	25
Titulação via Reforma Agrária, reassentamento ou aguardando titulação	156 (12,8%)	368 (52,6%)	372 (39,8%)	80 (23,5%)
Herança	56	10	38	17
Doação de particular	13	-	4	3
Usucapião	-	-	2	-
Outra forma	1	9	6	2
Não sabe	3	-	-	-
Total (% em relação aos estabs. recenseados)	1.222 (92,4%)	699 (90,8%)	935 (94,1%)	341 (?)

Fonte: FIBGE, Censos agropecuários.

Os dados da Tabela 6 relacionam-se com os da Tabela 5 porque trazem indicações sobre o uso de força de trabalho pelos

estabelecimentos dos municípios. Novamente aqui cabe evitar uma comparação entre os dados dos dois últimos censos pelo motivo já exposto,

o que inviabiliza uma afirmação mais precisa quanto ao aumento do total de pessoal ocupado. Mas isto não significa negar que algum aumento realmente ocorreu, seja porque as áreas de cultivos foram elevadas, seja porque, como afirmado, o setor vivia uma crise em meados da década de 1990. Novamente, o único caso que permite uma comparação adequada é o de Sinop e com base nele é possível constatar a grande redução do total de pessoal ocupado entre 1985 e 2006. A situação em 2006 mostra que neste município ocorria o menor número de hectares por pessoa ocupada e que são pequenos os números referentes ao pessoal ocupado residente nos estabelecimentos.

O censo agropecuário de 2006 traz informações e dados quanto às formas de obtenção das terras, o que permitiu a confecção da Tabela 7. Mais uma vez, o destaque é para o caso de Sinop, que apresenta o maior percentual de “compra de particular” e o menor referente à “titulação via Reforma Agrária etc”. Como mencionado no início, isto está relacionado à forma como se deu a apropriação e formação dos estabelecimentos agropecuários promovida pela empresa colonizadora (Sinop).

Convém, para concluir, buscar detectar as relações dos processos até aqui analisados com a evolução ou

comportamento das populações nos poucos anos dos municípios aqui considerados. Isto é feito com base nos dados da Tabela 8. No caso de Sinop chama a atenção o intenso movimento de urbanização entre 1980 e 1991, principalmente devido à redução em quase dois terços de sua população rural no período, a qual, no entanto, voltou a crescer depois, notadamente entre 2000 e 2010. Estes dados parecem guardar alguma relação com os dados de pessoal ocupado, apresentados anteriormente. Contudo, as enormes diferenças entre os números requerem um estudo mais aprofundado que inclua, de preferência, pesquisa de campo. Isto porque elas não podem decorrer apenas da distinção entre local de trabalho e local de moradia, da distinção entre atividades agrícolas e lides nos espaços rurais, entre pessoas que trabalham e que não trabalham (em idade ativa e não ativa) ou mesmo das diferentes datas de coleta censitária (2006 no caso do censo agropecuário e 2010 no caso do censo demográfico). Esta observação deve ser entendida como válida também para os casos dos demais municípios. As maiores populações total e urbana de Sinop, assim como sua bem superior densidade demográfica relacionam-se, sem dúvida, à sua importância como polo regional.

TABELA 8 – EVOLUÇÕES DAS POPULAÇÕES DOS MUNICÍPIOS DE SINOP, NOVA MUTUM, LUCAS DO RIO VERDE E SORRISO – 1980 – 1991 – 2000 – 2010

Ano	Sinop			Nova Mutum			Lucas do R. Verde			Sorriso		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1980	8.570	11.321	19.891	Não existia			Não existia			Não existia		
1991	32.080	3.975	36.055	2.108	3.434	5.542	4.332	2.361	6.693	10.353	1.982	12.335
2000	67.706	7.125	74.831	10.376	4.442	14.818	16.145	3.171	19.316	31.529	4.076	35.605
2010	93.753	19.346	113.099	25.865	5.784	31.649	42.455	3.101	45.556	58.364	8.157	66.521
Ár. total - km ² (2010)	3.942,2		Idem	9.556		Idem	3.664		Idem	9.329,6		
Hab/km ² (2010)	28,69		Idem	3,31		Idem	12,43		Idem	7,13		

Fonte: IBGE, censos demográficos.

O que convém destacar é que as populações rurais pouco cresceram quando comparadas com os já apontados enormes crescimentos das áreas cultivadas com lavouras temporárias entre 1985 ou 1995/96 e 2006 em todos os municípios (mesmo face ao problema da não abrangência do censo agropecuário de 1995/96). Isto permite uma conclusão: a incorporação de áreas ao processo produtivo do agronegócio brasileiro apresenta um duplo movimento: um, de expulsão de famílias locais que vivem da subsistência ou de pequenas explorações e outro, de incorporação bem menor de famílias de trabalhadores rurais qualificados, os quais são necessários para o ciclo produtivo de lavouras altamente mecanizadas e de larga escala.

3. Referências

CPT-MT, 1984. *Baco Baco*. Informativo CPT-MT-CDTI-ASCCMT, L. do Rio Verde-MT (julho).
 DIAS, E. A. & BORTONCELLO, O., 2003. *Resgate histórico do município*

de Sorriso. Cuiabá, Print Express Ind. Gráfica e Ed. Ltda.

LACERDA, N. P. et. al., 2015. “Globalização produtiva e a reconfiguração territorial no Estado de Mato Grosso: O caso de Lucas do Rio Verde”. *ANAIS do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul/RS, 9-11 de setembro.

MACEDO, F. & RAMOS, P., 2015. “Formação, expansão e diversificação econômica: O caso do município projetado de Sinop/MT”. *ANAIS do VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul/RS, 9-11 de setembro.

OLIVEIRA, A. U. de, 1997. *A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo, FFLCH/USP (tese de livre-docência).

VOLOCHKO, D., 2015. “Terra, poder e capital em Nova Mutum-MT: elementos para o debate da produção do espaço nas cidades do ‘agronegócio’”. *ANAIS do 55º Congresso Internacional de Americanistas*. El Salvador, 12-17 de julho.

EXPEDIENTE

Esta nota foi produzida pela equipe do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico – CEDE, do IE/UNICAMP, no âmbito do Convênio Pró-Integração 3169/2013, com apoio da CAPES e do Ministério da Integração. Este projeto é realizado em conjunto com a UFG e o Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Puc-Goiás.

Equipe de trabalho do CEDE:

Fernando César de Macedo (professor)
Humberto Miranda do Nascimento (professor)
Pedro Ramos (professor)
José Redondo Ochoa (mestrando)
Marcos Bittar Haddad (doutorando)
Rafael Pastre (mestrando)

PARCEIROS:

